



QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO
REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE.
Aos vinte e sete dias de Dezembro do ano de dois mil e doze, pelas dez horas, reuniu a
Assembleia Municipal de Vila do Porto, no Edifício da Biblioteca e Arquivo Municipal de
Vila do Porto, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:
1) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade
Municipal;
2) Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Vila do Porto para o ano
financeiro de 2013;
3) Mapa de Pessoal do Município de Vila do Porto para o ano de 2013;
4) Atribuição de abono para despesas de representação aos titulares de cargos
dirigentes da Câmara Municipal de Vila do Porto;
5) Adequação das estruturas orgânicas municipais
O Presidente da Assembleia solicitou ao Deputado Rui Curado, que substituiu o 1.º
secretário da Assembleia, o Deputado Mauro Ferreira, para proceder à chamada,
verificando-se as seguintes presenças: Paulo Henrique Parece Baptista, José de Andrade
Melo, Rui Alexandre dos Reis Arruda, Armando de Melo Soares, José da Ascensão Cabra
Branco, Vera Mónica Cabral Jesus, Rui Manuel Custódio Curado, António Miguel Afonso
Marques, Maria Dulce de Oliveira Resendes, Hélder Fernando Silva Borges Pimentel, Vera
Lúcia Monteiro Reis, Marco António Braga Chaves
Ausências: José Manuel Fontes Sousa, Ernesto Valério Andrade Pacheco e Lubélia Maria
de Melo Figueiredo Chaves
Presidentes de Junta: Antonino Moura Melo (Almagreira), Aldeberto José de Loura
Chaves (Santo Espírito), Jorge Alberto Monteiro Santos (São Pedro), André Bairos Moura





(Santa Bárbara) e Ricardo Pedro Amaral de Carvalho e Sousa (Vila do Porto)
Executivo Municipal
Presenças: Carlos Henrique Lopes Rodrigues
Ausências: Nélia Maria Coutinho Figueiredo, Ezequiel dos Santos Gaspar Pereira Araújo, e João Carlos Chaves Sousa Braga e Roberto Furtado Lima de Sousa
Confirmada a existência de quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão e submeteu à discussão a ata da 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de Setembro de 2012. Através do Deputado José de Melo, a bancada do partido socialista apresentou uma proposta para a alteração da ata, nomeadamente do assunto constante do ponto 4.º do edital. A ata foi posteriormente submetida a votação, tendo a mesma sendo aprovada por maioria (sete votos a favor, seis votos contra e uma abstenção)
Foi iniciado o Período Antes da Ordem do Dia , e abertas as inscrições para abordagem de assuntos de interesse da autarquia
Foi dada a palavra ao Deputado Rui Arruda, que referiu que iria apresentar algumas considerações e questionar o executivo com situações que ao município dizem respeito. Começou por destacar o arranque das obras ao edifício que servirá de apoio ao município,
sobre este assunto questionou o Sr. Presidente se estava previsto a demolição do muro em frente á capela. Destacou também a pavimentação da estrada do Norte, questionou a autarquia sobre a razão do atraso da pavimentação da rua da Lomba, salientou o
excelente trabalho que está a ser efetuado na estrada dos Piquinhos, que após a sua pavimentação será uma mais valia, e uma estrada com mais utilização. Referiu o arranque da segunda fase da zona industrial. Em relação às obras do município realçou que as
mesmas têm tido diretamente ou indiretamente um impacto positivo no setor da



How

Assembleia Municipal de Vila do Porto

construção civil de Santa Maria, dando uma oportunidade às empresas marienses, que se veem refletir nos postos de trabalho. Realçou o arranque do mercado municipal e a sua boa adesão da população, dizendo também que este edifício é uma mais valia para toda a agente. Em relação á época natalícia, e sobre a Câmara de Comércio e Industria de Ponta Delgada (C.C.I.P.D), questionou se houve algum retorno dos comerciantes sobre a forma como o Natal decorreu e se foi de acordo com as expetativas dos comerciantes. Também sobre esta época, questionou se havia algum programa previsto para a passagem do ano.

--- Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, que começou por dizer que no projeto do edifício de apoio ao município está comtemplado o abaixamento do muro em frente da capela e que o mesmo vai levar uma grade. Em relação á capela, informou que está a ser formalizado o processo de doação da mesma ao município de Vila do Porto. No que diz respeito ao atraso da pavimentação da rua da Lomba, explicou que o tapete da rua do Norte pertencia á empreitada anterior e os passeios pertenciam á empreitada da rua da Lomba. No entanto, a rua da Lomba podia estar concluída se a câmara municipal não privilegiasse a defesa das empresas locais. Explicou que ultima camada de preparação da estrada da lomba antes da sua pavimentação foi entregue a um empreiteiro local, que atrasou a empreitada, sendo que a mesma deveria estar concluída até ao dia 15 de Dezembro, para posteriormente e até ao dia 22 de Dezembro a colocação do asfalto da estrada ficasse concluída, mas isso não se verificou. Contudo, afirmou que a câmara municipal não abdica de defender as empresas locais, visto que também existem várias famílias a depender direta ou indiretamente das obras do município. Sobre a época de





Natal, o senhor presidente informou que ainda não tinha registado o feedback dos comerciantes e sobre o mesmo assunto criticou o fato de ter havido muitos comerciantes com as loias fechadas no dia 26 de Dezembro. Por fim, explicou que a câmara municipal não tinha previsto qualquer programa para o fim de ano, mas no entanto, após ter conhecimento que o Clube Ana não iria fazer o habitual baile, e visto que havia uma pequena folga no orçamento reservado para as festas, a câmara municipal optou por efetuar 6 minutos de fogo de artifício atrás do edifício do município, convidando assim as pessoas as juntarem-se no jardim municipal e a passar o ano com bolo rei, espumante e musica Foi dada a palavra ao Deputado Municipal José de Melo que enalteceu o rebaixamento do muro em frente da capela do edifício de apoio ao município, dizendo também que será uma mais valia para colocar o património á mostra. Em relação ao assunto do jornal O Baluarte, disse que a redação, a não ser que sejam assuntos extremamente ofensivos e que sejam passivas de ações judiciais, não se pode impor de publicar os artigos, no entanto, em edições seguintes os cidadãos podem publicar um artigo contraditório. O deputado José de Melo enalteceu também a Feira do Artesanato e a colocação de um veterinário a tempo inteiro no canil/gatil. Disse que a Feira de artesanato foi um dos pontos fortes de atração da ilha na quadra natalícia e uma oportunidade para que os produtos locais e para a pequena economia se poder dinamizar. Em relação ao Mercado Municipal, sugeriu a colocação de hidrofugante na pedra regional existente. Disse que o Mercado Municipal será um rosto da produção dos produtos marienses, um incentivo a essa produção e um estímulo para que os produtores marienses tenham algum ganho, oferecendo assim, também um rosto dos produtos regionais e locais. Questionou se concorreram mais pessoas aquele espaço; se ficaram de fora, e se eventualmente alguém ficou de fora que produtos é pretendiam vender. De seguida, interrogou o Sr. Presidente sobre o justificativo da limitação da venda ambulante; sugeriu que no âmbito da





Assembleia Municipal avançasse-se com uma proposta para que houvesse uma reunião ou um documento para a DRAC para apurar de quem é a responsabilidade do Forte de São João Batista, sobre este assunto questionou o Sr. Presidente para quando está previsto a proteção para a torre deste forte; propôs a recuperação da pedra do Convento de São Francisco e alertou para o cuidado em colocar pregos na pedra de cantaria; questionou quantos lotes estavam previstos para esta fase da zona industrial, se já há procura para os mesmos e por fim, se seria possível e antes do inverno acabar, de substituir algumas --- Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que respondeu às questões avançadas: Em relação ao Mercado Municipal, esclareceu que foram satisfeitos quase todos os pedidos, ficando apenas de fora os pedidos relacionados com sectores que não tinham a ver com o Mercado Municipal; sobre a limitação da venda ambulante, foi elaborado um edital, no sentido de pôr alguma ordem nas vendas ambulantes no lugar da vila, de forma a proteger e incentivar a venda dos produtos disponíveis no Mercado Municipal; quanto ao Forte de São João Batista, informou que a Câmara Municipal tem apoiado os arqueólogos que vêm a ilha todos os anos, estes arqueólogos deixaram uma proposta de proteção da torre do forte, mas que por uma questão de prioridades ainda não avançou e em breve estará resolvido; sobre o Convento de São Francisco, disse que a pedra está bastante deteriorada, que realmente necessita de uma intervenção, no entanto a reparação da pedra não faz parte da empreitada, e que essa mesma reparação em algumas zonas tem que ser feita por mão de obra especializada; por fim explicou que a Zona Industrial tem dez lotes, cerca de oitenta lugares de estacionamento e em princípio todos os lotes devem ser ocupados e em relação às árvores do Jardim Municipal, concordou que algumas devem ser substituídas.--------De seguida tomou a palavra o Deputado José de Melo, que alertou para a situação da Ermida dos Anjos, pois as raízes da araucária lá existente, já estão por baixo da estrutura





da ermida. Posteriormente, e relativamente á fachada do edifício da Câmara, informou que existe um grupo de especialistas que estão de alguma forma ligados á DRAC e sendo que a Câmara é que tutela o edifício sugeriu para esta oficiar-se a DRAC para assumir a responsabilidade daquela fachada.--------Posteriormente o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Deputado Armando Soares, que começou por congratular a Câmara Municipal pela obra do Mercado Municipal, no entanto questionou o Sr. Presidente de Câmara sobre a demora da inauguração deste edifício. Enalteceu as obras que a Câmara Municipal e o Governo Regional têm levado a efeito e que estão em curso, referindo que as mesmas mantêm acesa a chama da nossa economia, quer para as lojas de produtos de construção civil, para os empreiteiros ou para os trabalhadores. De seguida, falou sobre as diversas placas de publicidade e de campanhas eleitorais existentes na ilha e a imagem que as mesmas dão a quem nos visita, perguntando também de quem é a responsabilidade das mesmas. Continuou a sua intervenção, com um assunto relacionado com a antiga torre de controlo do aeroporto, sugerindo a elaboração de um documento para alertar para o perigo e o estado em que se encontra aquela torre. Prosseguiu, falando sobre o IMI e questionando a forma como a reavaliação dos prédios urbanos está a ser feita. Segundo o deputado Armando Soares, esta reavaliação deveria ser realizada de forma mais cuidada, com pessoas mais especializadas, e de forma menos superficial, abrangendo não só as medições exteriores dos prédios mas também uma avaliação do interior das casas. Conluio, apelando á devolução á população do um porcento de taxa de IMI, que vai ser cobrada a mais do que o acordado na anterior reunião de Assembleia.---------O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às questões a cima colocadas. Em relação ao atraso da inauguração do Mercado Municipal, disse ter sido causado pela demolição de um talho e sua posterior adaptação às mesmas dimensões dos restantes talhos. A respeito das obras do município, avançou que ainda existem obras por





lançar, mas que as mesmas dependem dos quadros de apoios comunitários que encontram-se esgotados por parte da Câmara Municipal e também do atraso da análise das candidaturas ao Proconvergência. Sobre as placas de publicidade, concordou com o deputado Armando Soares, no entanto explicou que a Câmara Municipal não pode solucionar os problemas, pois as placas são de privados e dos partidos políticos. Em relação a antiga torre de controlo, referiu que a Câmara não pode fazer nada e que a mesma pertence á ANA, S.A. Relativamente á avaliação do IMI, explicou que á Câmara Municipal foi imposta, num curto período de tempo, a medição de três mil e quinhentas casas até trinta e um de Dezembro e ao Serviço de Finanças foi imposto que tinham que avaliar as casas, sendo que, todas as casas que tinham projeto foram medidas por uma equipa e as que não tinham projeto e que são mais antigas não foram medidas. O Senhor Presidente da Câmara explicou também que existem problemas maiores que o IMI, visto que cerca de oitenta porcento das casas com mais de vinte anos em Santa Maria não estão legais, e o valor diferencial do IMI é muito mais baratos do que legalizar os anexos e as garagens. Para os casos em que houve falhas na avaliação, as pessoas têm o direito a reclamar. Informou que a receita prevista do IMI para a Câmara Municipal de Vila do Porto para este ano é de cento e noventa e nove mil euros e advertiu que o orçamento da Câmara Municipal é em parte baixo devido á não execução da taxa de derrama, pela não alteração do preço da água ou pela baixa taxa de recolha de resíduos seletivos e com estas receitas a Câmara ajuda muitas famílias durante o ano.----------------------------------O Deputado Armando Soares interveio vincando que esta avaliação de um prédio para o IMI é cega, visto que o valor de cada património deve ser real e não por aquilo que se vê. Contestou a forma de avaliação que está a ser utilizada, dizendo que não foi a mais correta e que a injustiça deste imposto vai continuar com muitos casos. Referiu que o Governo da República vai se libertar um pouco das transferências para as autarquias e a forma encontrada pelo governo foi do povo transferir do seu para estas.-----





---Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia, esclarecendo que o assunto do IMI será colocado também numa próxima assembleia para sua retificação, não tendo constado na ordem de trabalhos desta assembleia, visto que a lei ainda não foi promulgada. Em relação ao IMI informou também que o mesmo não pode ser devolvido às populações devido ao mesmo ser um imposto arrecado pelas autarquias.------------De seguida foi dada a palavra ao Deputado Rui Curado, que esclareceu que para efeitos de recolha de informação por parte da Câmara Municipal, foi efetuada uma ficha, onde são recolhidas informações essenciais para processar o prédio em termos de IMI. Nessa ficha consta um espaço para preenchimento das áreas das dependências, se tem ou não garagens ou se tem ou não piscinas. Existe também um espaço para observações, em que podem ser colocados comentários sobre as casas, como por exemplo, acabamentos de luxo, se as dependências estão a ser utilizadas como apartamentos, entre outros. Todavia, apenas pode ser processada a informação recolhida pelos funcionários da autarquia, através da respetiva ficha.--------Foi dada a palavra ao Deputado Rui Arruda, sugeriu que o município solicitasse um parecer jurídico para saber se é possível a devolução da taxa de um porcento que vai ser cobrada a mais do que o acordado na anterior Assembleia Municipal. ---------Tomou a palavra a Deputada Dulce Resendes, referindo que concorda com a opinião do Deputado Armando Soares, relativamente á forma como está a ser feita a avaliação dos prédios urbanos. Mencionou que o valor do metro quadrado nos Açores não deve ser igual ao do continente. Em relação ao assunto sobre a devolução do um porcento do IMI, informou que a sua bancada teve o cuidado de saber qual era a taxa de IMI que estava a ser aprovada nas ilhas mais pequenas, sendo que estavam a ser aprovadas na taxa menor de dois porcento. Esclareceu que no orçamento de estado para 2012 já estava previsto que as câmaras municipais fizessem a proposta da taxa de IMI às assembleias com as balizas de 0.3% a 0.5%. Sendo assim, o texto que foi apresentado á Assembleia Municipal





na última reunião de assembleia induziu em erro, não refletindo aquilo que já era o Orçamento de Estado.--------De seguida foi dada a palavra ao Deputado José de Melo, que também concordou com o Deputado Armando Soares. Mostrou o seu desagrado em relação ao IMI, dizendo que o povo está a pagar um imposto sobre uma propriedade que nem é sua, visto que na maior parte das vezes os titular das casas são os bancos. Propôs que a diferença de um porcento da taxa de IMI fosse convertida em quantitativo de IRS e fosse assim devolvido às famílias. ---Foi novamente dada a palavra á Deputada Dulce Resendes, que começou por fazer uma crítica às baias existentes na rua do Norte, de seguida, criticou o fato dos ecopontos estarem sempre cheios. Sobre os ecopontos perguntou também se a quantidade existente até ao momento é a mesma do que havia á data de lançamento dos mesmos. Sugeriu o aumento do número de espaços ajardinados no município. Em relação ao Calhau da Roupa, falou da falta de condições daquele espaço para a prática balnear, sugeriu uma limpeza e um reordenamento do leito da ribeira. Posteriormente referiu que para 2012 estava previsto uma verba para o caminho velho do cais, mas que para o orçamento para 2013 verifica-se a não existência dessa rubrica. Em relação ao Forte de São Brás questionou se depois da conclusão do pavimento na zona envolvente ao forte, se vai haver uma pintura exterior neste lugar. Por último, e relativamente á nova lei de finanças locais, questionou qual é a situação em que se encontra a empresa municipal mariense e qual é a perspetiva de futuro da mesma.-------- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder às perguntas efetuadas anteriormente, em relação á rua do Norte começou por dizer que as baias são necessárias para delimitar o estacionamento. Quanto aos ecopontos referiu que são os mesmos que se adquiriram na altura em que começou, a Câmara Municipal já adquiriu mais contentores mas há necessidade de melhorar os ecopontos. Confirmou também que existiu uma altura em que os ecopontos estavam cheios, mas que deveu-se a uma





adaptação no único veículo que faz a recolha dos resíduos. Sobre os jardins do município, a Câmara Municipal também já constatou essa necessidade, afirmando que a Junta de Freguesia tem sido um colaborador ativo na manutenção e criação de jardins. Em relação ao caminho velho do cais ainda não vai ser possível, contudo está em análise uma proposta da Junta de Freguesia de Vila do Porto. Acerca do Calhau da Roupa e da limpeza da ribeira, a competência não é da Câmara Municipal mas sim do serviço de ambiente, no entanto a Câmara esta disponível para colaborar. Em relação á pintura do Forte de São Brás disse que a mesma vai-se iniciar depois da conclusão do pavimento envolvente. Por fim, falou da empresa municipal mariense disse que a Câmara Municipal ainda está a estudar a situação da nossa empresa, visto que a empresa não tem cinquenta porcento de receitas, mas contudo também não tem prejuízo. Sobre o assunto avançou que não existe a contingência de fechar a empresa municipal. --------Foi dada a palavra ao Deputado José Branco, que questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto de situação da privatização da ANA, S.A, nomeadamente no que diz respeito ao aeroporto de Santa Maria. De seguida, apelou á Câmara para que sejam minimizados incómodos e que haja muita atenção no acompanhamento e fiscalização das obras efetuadas pelo município. Por fim, felicitou a autarquia e os marienses pela obra do Mercado Municipal.--------Tomou a palavra o Senhor Presidente de Câmara que em relação ao assunto da privatização da ANA,S.A, disse que era do conhecimento público que tinha sido criado um grupo de trabalho, que foi a lisboa reunir-se para tentar solucionar a situação do aeroporto de Santa Maria, especialmente acabar com que os pedidos de reabertura fossem feitos até às treze horas da véspera. Sobre o incómodo das obras do município, referiu que tem sido feito o possível.--------De seguida foi dada a palavra ao Deputado Miguel Marques que criticou a falta de iluminação e de música na época Natalícia, questionou se no largo de Santo Antão, junto á



Hours

Assembleia Municipal de Vila do Porto

estrada regional, se vai haver alguma limitação de estacionamento e sobre este assunto sugeriu a colocação de duas árvores nesse espaço. Em relação ao IMI disse que deveria ter havido uma discriminação positiva relativamente aos Açores e as suas limitações geográficas. Finalmente e sobre os ecopontos, sugeriu que a Câmara Municipal devia partir para um sistema de multas para que as pessoas se mentalizassem que existe um dia certo de recolhas de resíduos.--------O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para responder á questão levantada pelo deputado Miguel Marques. Sobre o parque de estacionamento de Santo Antão informou que tem a capacidade para o mesmo número de viaturas que antes da intervenção, sendo que a intenção era acabar com o estacionamento em cima da calçada. ---Posteriormente foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Barbara que justificou-se por ainda não ter sido efetuada a pavimentação do caminho das Pocilgas, dizendo que deveu-se ao pagamento tardio da delegação de competências e também devido a uma seguência de acontecimentos, como o mau tempo e um longo período de falta de areia em Santa Maria. Alertou para a importância do pagamento rápido da delegação de competências para assim dar algum espaço às juntas de freguesia para executarem as obras no ano corrente. Advertiu para o fato de existirem pessoas que se propõem a contribuir com materiais para a pavimentação de caminhos, realçando a importância destas sinergias. Questionou se a cedência da escola de Santa Barbara já foi efetivada e a quem fica a cargo a manutenção do polidesportivo e se já foi feito o projeto para o parque de estacionamento em frente ao salão da Casa do Povo. Por fim, questionou se já houve alguma conversação final para a aquisição do moinho.--------Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara respondendo que em relação á escola já foi elaborado um contrato de comodato, o campo de futebol também faz parte da cedência e a manutenção do espaço não está a cargo da Junta de Freguesia. Em relação ao projeto do parque de estacionamento já ficou combinado com o arquiteto Paulo Macedo,





no entanto ainda não houve a disponibilidade para ir ao local. Por fim, sobe o moinho disse que o valor que o proprietário está a pedir é elevado atendendo ao espaço e a área, mas que a Câmara tem todo o interesse em adquirir o moinho.--------Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Santo Espirito que começou por falar da derrocada zona da Pedreira na Maia, questionando se a Câmara tem feito alguma diligência para solucionar aquele problema que já oferece algum perigo. Por fim, alertou para o mau estado em que se encontra a estrada do Aveiro.--------Tomou a palavra o Senhor Presidente de Câmara para responder que em relação á derrocada o Senhor Secretário do Ambiente já está ocorrente da situação, já tem as ultimas fotografías tiradas do local e a zona encontra-se devidamente sinalizada. O que a Câmara sabe é que eles estão preocupados com a situação, no entanto parece que neste momento não existem verbas. Sobre a estrada do Aveiro, a Câmara tem conhecimento que não está nas melhores condições, existe uma parte que vai ser efetuada a pavimentação e o resto será feito consoante as possibilidades.--------De seguida o Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ordem do Dia para discussão e aprovação.--------Ponto um – Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade Municipal --------Foi dada a palavra á Deputada Dulce Resendes que solicitou esclarecimentos sobre o edifício de apoio ao município. Visto que já foi paga uma primeira tranche do imóvel em 2012, que será paga outra em 2013 e por fim outra tranche em 2014, questionou até que ponto é que a Câmara Municipal não vai ter problemas de enquadramento legal com o Tribunal de Contas, tendo em conta que ainda só foi efetuado um contrato de promessa de compra e venda, não tendo sido ainda executada a venda do imóvel.--------O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que o imóvel já está em nome da





Câmara Municipal.--------Ponto dois – Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Vila do Porto para o ano financeiro de 2013.--------Para discussão inscreveu-se em primeiro lugar a Deputada Dulce Resendes que perguntou a razão de um aumento de verba na rubrica para os vencimentos do pessoal em funções. Em seguida criticou o montante disponível na rúbrica de apoio á habitação degradada e também a forma como as delegações de competências são atribuídas às juntas de freguesias, dizendo que há um nítido favorecimento á Junta de Freguesia de Vila do Porto em relação às restantes juntas. ---------Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que informou que as vagas previstas para o pessoal têm que estar incluídas na rubrica referente aos vencimentos do pessoal. Em relação á habitação degrada disse que a Câmara apoiou todas as candidaturas entregues no ano passado, ficando apenas uma de fora porque entregaram a inscrição fora de prazo. Fora isto a Câmara ainda resolveu algumas situações que se encontravam pendentes á anos. Sobre as delegações de competências esclareceu que o montante dado às juntas de freguesia é dobro que o montante dado em anos atrás, por fim, confirmou a discriminação positiva da Junta de Freguesia de Vila do Porto, justificando que a mesma é que toma conta dos jardins, caminhos, tudo o que não são estradas municipais.-------De seguida foi dada a palavra ao Deputado Miguel Marques que solicitou esclarecimentos em relação á rubrica de turismo, sobre o ponto Aquisição de infraestrutura para as festas do Concelho. Solicitou também esclarecimentos para as rúbricas de Promoção económica e turística de Santa Maria, Eventos de Promoção Turística e Promoção do destino Turístico associadas á Câmara Municipal e também á rubrica Atividades de Promoção Turística – Transferência para a Empresa Municipal.--------O Senhor Presidente tomou a palavra dizendo que não se consegue montar o palco em Santa Bárbara e Santo Espírito, por isso há a necessidade de outro palco e essa rubrica





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

também vai servir para melhorar as casas de banho de apoio às festas, no entanto informou que é uma rubrica candidatável ao Prorural. Em relação às rubricas de promoção turística de Santa Maria explicou que os 150.000 euros transferidos para a empresa municipal fazem todas as festas, como a de São João ou as festas 15 de Agosto, toda a restante promoção turística como por exemplo os guias turísticos, a feira que houve em São Miguel, o rally ou o Festival Maré de Agosto saem das restantes rubricas.--------Interveio o Deputado Miguel Marques para questionar o Senhor Presidente, após três anos de mandato qual é a avaliação que faz de toda a promoção turística em termos de implementação de economia da ilha e se houve um aumento de incremento da dinamização turística da ilha. Por fim, criticou a rubrica de Elaboração do projeto e execução do Skateparque.---------Em forma de resposta o Senhor presidente perguntou se não houvesse essa promoção turística o que seria de Santa Maria. Referiu que o retorno é visível, contudo disse que não existe uma forma de medir essa promoção turística, no entanto existe uma intenção futura que a Universidade dos Açores faça esse estudo. Em relação ao Skateparque informou que seria na antiga lixeira do Ginjal, disse que existe muita gente a praticar esse desporto, contudo não têm é espaço para praticar. Referiu que 75% dessa rubrica é candidatavél ao Prorural.--------Após discussão os documentos foram separados para serem colocados a votação. Os dois documentos foram aprovados por maioria (oito votos a favor do Partido Social Democrata e seis votos contra do Partido Socialista).--------Ponto três - Mapa de Pessoal do Município de Vila do Porto para o ano de 2013--------Após esclarecimentos dados Pelo Sr. Presidente da Câmara foi dada a palavra ao Deputado Armando Soares questionou se não se justificava abrir uma vaga para Arquiteto, visto o volume que a Câmara paga ao arquiteto Paulo Macedo.-----



O Presidente da Câmara tomou a palavra para responder que o Presidente da Câmara
despacha consoante os pareceres técnicos, e que não se arrisca a despachar na área
urbanismo com parecer técnico de um arquiteto sem experiência profissional. A Câmara
vai ter um arquiteto em Estagiar L, vai ver qual o comportamento dele naquela orgânica e
dependentemente da sua postura, posteriormente a Câmara poderá eventualmente
incluir a vaga de arquiteto
Após discussão o documento foi colocado a votação e o mesmo foi aprovado por
maioria (oito votos a favor do Partido Social Democrata e seis abstenções do Partido
Socialista)
Ponto quatro – Atribuição de abono para despesas de representação aos titulares de
cargos dirigentes da Câmara Municipal de Vila do Porto Após esclarecimentos dados
Pelo Sr. Presidente da Câmara o mesmo foi aprovado por maioria (oito votos a favor do
Partido Social Democrata e seis abstenções do Partido Socialista)
Ponto cinco – Adequação das estruturas orgânicas municipais Após esclarecimentos
dados pelo Sr. Presidente da Câmara o mesmo foi aprovado por maioria (oito votos a
favor do Partido Social Democrata e seis abstenções do Partido Socialista)
Eram 14:10 horas quando o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão
Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que eu, Vera Mónica Cabral Jesus,
2ª Secretária da Assembleia Municipal a redigi e a subscrevo, após ter sido a mesma
discutida pelos intervenientes foi aprovada WANNINGAGE e vai ser assinada
Dellenado
Para informação adicional da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila do Porto, estará disponível a gravação da mesma no
edifício da Câmara Municipal.